

Pedro Cipriano : “Editora foi excluída da Feira do Livro de Lisboa sem aviso ou diálogo”

written by José Paulo Santos | 4 de Março, 2026



Face à exclusão da Feira do Livro de Lisboa, por parte da APEL, de editoras independentes, **O Cidadão** ouviu **Pedro Cipriano**, fundador da “**Divergência**”, que nos explicou como decorreu este processo e quais as medidas que tencionam tomar. O editor diz-se “*perplexo, preocupado com a bibliodiversidade*” e acusa diretamente a Direção da associação organizadora da Feira.



A Divergência edita livros de autores ucranianos escritos na sua língua natal. Direitos Reservados

O Cidadão (OC) – Como recebeu a notícia de que a Divergência, após cinco anos de participação ininterrupta, seria excluída da 96.ª Feira do Livro de Lisboa?

Pedro Cipriano (PC) – *Recebemos a notícia com profunda perplexidade. Após meia década de investimento contínuo e crescimento na Feira do Livro de Lisboa (FLL), não houve qualquer aviso prévio ou diálogo. Fomos confrontados com uma exclusão absoluta sem que nos fosse apresentada uma única razão técnica ou métrica de desempenho que a justificasse. Para uma entidade que cumpre todos os seus deveres associativos e que tem sido um agente ativo na dinamização do Parque Eduardo VII, este silêncio da APEL é, no mínimo, desencorajador.*

OC – Que impacto considera que esta decisão tem na

bibliodiversidade e na representação das editoras independentes no maior evento literário do país?

PC – A FLL corre o risco de se transformar num ‘centro comercial a céu aberto’ em vez de um festival cultural. Quando se privilegia a expansão de grandes grupos em detrimento da presença de editoras independentes, quem perde é o leitor. A bibliodiversidade não é um conceito abstrato; é a possibilidade de encontrar livros que não seguem apenas as tendências de marketing. Excluir projetos como o nosso é silenciar vozes que trazem frescura e risco ao mercado editorial português.

OC – A Divergência é atualmente a única editora portuguesa a publicar autores ucranianos na língua original. De que forma esta exclusão afeta esse trabalho cultural e diplomático?

PC – É um contrassenso lamentável. Num momento em que a solidariedade internacional e a integração cultural são prioritárias, a Divergência tem feito um esforço hercúleo para servir a comunidade ucraniana em Portugal e divulgar a sua literatura. Ao sermos excluídos, a APEL está, na prática, a retirar o palco a este trabalho de diplomacia cultural. É uma oportunidade perdida de mostrar que o livro é uma ferramenta de paz e de acolhimento.”

OC – Os promotores afirmam existir “opacidade total” nos critérios de seleção. Que informações a Divergência solicitou à APEL e ainda não obteve?

PC – Solicitámos o óbvio em qualquer processo democrático e transparente: a fundamentação técnica da decisão. Queremos conhecer os critérios de rateio, as métricas de pontuação e como foi decidida a distribuição de espaço para 2026. É fundamental notar que o apoio público à Feira, através da Câmara Municipal de Lisboa, subiu de 120 mil em 2024 para 135 mil euros em 2025. Com este aumento de fundos públicos, a exigência de transparência e equidade na distribuição de espaços deve ser total. Até agora, o que obtivemos da Direção da APEL foi o silêncio absoluto.”

OC – Considera que a exclusão das editoras independentes é apenas um problema logístico – como justifica a APEL – ou vê nela um sinal de desequilíbrio estrutural no setor editorial português?

PC – *A logística é uma explicação insuficiente. O espaço do Parque Eduardo VII é vasto e adaptável. O que vemos é um desequilíbrio estrutural onde a escala económica parece valer mais do que o mérito cultural. Se a gestão dos espaços não for pautada por regras claras e auditáveis, corremos o risco de transformar a maior festa do livro do país num circuito fechado para poucos, o que seria trágico para o futuro das letras em Portugal.*”

o Fundador da Divergência deixa ainda uma **nota adicional**:

Gostaria de acrescentar que a Divergência não encara esta situação como um conflito pessoal, mas como um dever de cidadania associativa. A APEL não é uma empresa privada; é uma associação que representa o setor e beneficia fundos públicos consideráveis, que no ano transato contou com um apoio da Câmara Municipal de Lisboa de 135 mil euros.

Quando uma direção se remete ao silêncio perante os seus associados, ignorando pedidos de esclarecimento sobre critérios de exclusão, está a fragilizar a própria instituição. O que está em causa não é apenas o espaço da Divergência, mas a transparência de um processo que deveria ser exemplar.

Já solicitámos formalmente a intervenção do Conselho Fiscal da APEL para que proceda a uma verificação técnica dos critérios de rateio. Acreditamos que a 96.ª Feira do Livro de Lisboa ainda pode ser um exemplo de união do setor, mas para isso é preciso que a Direção da APEL escolha o diálogo em vez da exclusão discricionária. O bom nome da Associação e a confiança dos contribuintes que a financiam a Feira do Livro de Lisboa dependem dessa transparência.” – Concluiu Pedro Cipriano.